

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A BNCC: NOVAS DIRETRIZES, VELHOS PROJETOS**

Lucilia Augusta Lino  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
prof.lucilia.uerj@gmail.com

Maria da Conceição Calmon Arruda  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
conceicaocalmon@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O cenário atual de retrocesso nas políticas educacionais, especialmente no campo da formação de professores, insere-se em um quadro mais amplo: a crise política-institucional que atinge o país desde 2016, intensificada após janeiro de 2019 e, agora, acentuada pela pandemia de Covid-19. Nesse contexto, temos a imposição de políticas que restringem direitos sociais, assegurados pela Constituição Federal de 1988, entre os quais o direito à educação.

A partir de 2016, vemos a descontinuidade de políticas educacionais que materializaram avanços e conquistas, nos 14 anos anteriores, especialmente quanto à ampliação da obrigatoriedade escolar e à adoção de uma perspectiva inclusiva e democratizante, de acolhimento à diversidade e democratização do acesso ao ensino superior, entre outros. A imposição acelerada de reformas que reeditam antigos projetos ancorados em concepções neoliberais, a par da edição de medidas, como a alteração na composição do Conselho Nacional de Educação (CNE), a restrição dos investimentos com a emenda constitucional nº 95/2016, a Reforma do Ensino Médio, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a homologação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores no Brasil, institucionalizaram o retrocesso educacional. O descompromisso com o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, cujas metas e estratégias projetavam a materialização do direito à educação, a ampliação e democratização do acesso e permanência com a melhoria da qualidade, a elevação da formação e a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática e o financiamento, coaduna-se com o desmonte imposto.

Nesse processo, destacamos a elaboração da BNCC<sup>1</sup> e o avanço de proposições de ataque à escola e aos professores, à liberdade de ensino, à pluralidade de concepções pedagógicas e à autonomia universitária, como o Escola sem Partido, o *homeschooling* e a militarização das escolas públicas. Tais propostas dialogam com concepções que negam a ciência, repudiam a diversidade, criminalizam professores e gestores e defendem o controle comportamental, reduzindo a escola a sua função instrucional, de acordo com a BNCC (LINO, 2019).

A BNCC, em consonância com a pedagogia das competências, e pretextando assegurar “direitos de aprendizagem”, reduz ao mínimo os conteúdos e introduz habilidades socioemocionais, que visam (con)formar estudantes e professores a restritos padrões de “sociabilidade”, necessários ao trabalho produtivo. Assim, formatam-se comportamentos, hábitos e atitudes adequados à nova configuração do trabalhador – precarizado, temporário, sem direitos e garantias –, favorecendo a hiperexploração, agora permitida com a flexibilização da legislação trabalhista, a qual prometeu uma ilusória empregabilidade que não ocorreu e colocou o país novamente no mapa da fome.

## **A BNCC E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Ao impor a padronização dos currículos, a BNCC desconsiderou a enorme diversidade do país e as díspares realidades das escolas brasileiras, negando a possibilidade de construção coletiva, participativa e plural de projetos pedagógicos pelas redes e comunidades escolares. A BNCC se configura como locomotiva da “nova/velha” reforma empresarial da educação, visando consolidar um currículo nacional obrigatório e padronizado, que possibilite processos mais eficazes de centralização e controle. As avaliações em larga escala permitem a implementação de uma política de responsabilização educacional que se fundamenta na meritocracia, favorecendo processos de privatização e acirrando a dualidade do desigual sistema educacional brasileiro. Assim, são favorecidos os interesses privatistas e ideológicos, ampliando, pela padronização, o controle sobre a escola, gestores, professores e estudantes (FREITAS, 2018).

---

<sup>1</sup> Capitaneado pelo movimento “Todos pela Base” que congregou, entre outros segmentos, os empresários aglutinados no “Todos pela Educação” e os secretários de educação, organizados na UNDIME e no CONSED.

Ao aligeirar e reduzir ao mínimo o currículo, a padronização curricular permite maior controle sobre o que e como se ensina, tanto na educação básica quanto nos cursos de licenciatura, ferindo a autonomia das instituições formadoras na definição de seus desenhos curriculares (ANFOPE, 2021). Dessa forma, reforça-se a tônica neotecnista na educação, em processo que busca responsabilizar exclusivamente os docentes pelo desempenho dos estudantes, interferindo no trabalho docente, metrificado por testes padronizados que “conferem” o nível de sucesso dos educandos nas avaliações.

Ambas as resoluções – nº 2/2019, que define as DCNs para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação) e nº 01/2020, que define as DCNs para a formação continuada de professores da educação básica e institui a BNC-Formação Continuada – impõem o alinhamento estrito da formação inicial e continuada à BNCC. Para cumprir esse alinhamento, as DCNs e a BNCs da formação impõem uma visão técnico-instrumental de formação, privilegiam o aligeiramento e rebaixamento da formação, reduzindo as exigências da sólida formação teórica e multidisciplinar, descaracterizam os núcleos formativos, a formação pedagógica e a segunda licenciatura; relativizam a importância dos estágios supervisionados e acentuam o descomprometimento com a pesquisa, a investigação e a extensão, retrocedendo nos avanços que a área alcançou com a resolução nº 02/2015.

As DCNs reforçam a instituição de processos de avaliação de desempenho e de competências vinculadas ao “saber fazer” e ao “como fazer”, atribuindo a estas uma centralidade no processo educativo, desconsiderando a complexidade e a totalidade do campo educacional, com seu *status* epistemológico próprio (ANFOPE, 2021). Assim, a formação de professores é retirada do campo da elaboração e reflexão teórica sobre a práxis para se inserir apenas no campo exclusivo da prática imediata e do praticismo instrucional. Destacamos, ainda, o equívoco da separação da formação inicial e continuada, que deveriam ser articuladas, e o descompromisso de a formação inicial se dar em nível superior.

Com isso, aprofundam o processo de privatização e, portanto, mercantilização da educação, com destaque especial a secundarização das IES públicas dos processos de formação continuada dos profissionais da educação básica, e sua

entrega preferencial a organizações sociais e fundações empresariais, como formalizam o parecer nº 14/2020 e a resolução CNE/CP nº 1/2020.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

As políticas atuais de formação de professores expressam a materialização da reforma empresarial no campo da formação de professores e impactam não só os cursos de licenciatura, mas a formação dos estudantes da educação básica, a atuação e a carreira dos professores, além de ser um ataque direto à autonomia pedagógica das universidades. Ademais, a política atual expressa sua desconfiança em relação aos professores, retirando sua autonomia pedagógica, conforme os “novos/velhos/ultrapassados” referenciais de competências gerais e competências específicas que compõem a BNC-Formação e BNC-Formação Continuada, negando a construção histórica da concepção de base comum nacional (ANFOPE, 2021), presente na resolução 02/2015, na organização dos percursos formativos em todas as licenciaturas.

Assim, a articulação da formação de professores com a educação básica se dá pela adequação imposta às competências e habilidades definidas na BNCC, utilizada como estratégia que se articula com outros arranjos para compor uma rede de formação de capital humano, atrelada aos princípios do neoliberalismo em uma versão conservadora, com forte controle do trabalho docente.

Nesse processo, como denuncia a ANFOPE (2021) e as demais entidades do campo educacional, o CNE desconsiderou a produção e o pensamento educacional brasileiro ao retomar concepções ultrapassadas, como a pedagogia das competências; apresentando uma visão restrita e instrumental de docência e negativa dos professores; ignorando a diversidade nacional, a autonomia pedagógica das instituições formadoras e sua relação com a educação básica.

## **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **XX Encontro Nacional da ANFOPE**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/documentos-finais/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LINO, L. A Tempos de crise: cenário atual da educação no Brasil. *In*: LINO, L. A.; NAJJAR, J. (org.). **Planos de educação, democracia e formação**: desafios em tempos de crise. Curitiba: Appris, 2019. p. 17-37.